

JORNAL DO BRA
Censura a ministro JUL 1
pode cair

BRASÍLIA — O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, decidiu acatar a emenda supressiva que extingue a moção de censura a ministros de estado pelo Congresso. De acordo com o senador José Fogaça (PMDB-RS), que pela manhã serviu de porta-voz ao grupo que se reúne até segunda-feira à meia noite no Prodasen para examinar as 1 mil 800 emendas apresentadas, no entendimento de Cabral, a moção de censura poderia acabar fortalecendo o ministro que estaria sendo motivo de desconfiança do Congresso. "Isso porque não há registro nem de vetos a sanções presidenciais que tenham conseguido reunir dois terços dos votos. Sendo assim, o ministro iria à Câmara, apresentaria sua justificativa e, muito provavelmente a censura a ele não seria aprovada", argumentou Fogaça.

O relator decidiu também acatar emenda que suprime o tempo de mandato dos ministros do Tribunal de Contas da União, restabelecendo a vitaliciedade para o cargo. Ainda segundo Fogaça, a relatoria entendeu que a medida é "moralizadora", porque "dispondo de cargo por tempo determinado o ministro poderia utilizá-lo para ocupar outros postos depois que deixasse o TC".

Em plenário, Bernardo Cabral também dará parecer favorável à emenda que retira da empresa nacional o privilégio de ser fornecedora exclusiva de bens e serviços para o governo. "O relator chegou à conclusão de que esse privilégio poderia constituir-se em uma proteção cartorial à empresa nacional", justificou Fogaça. A relatoria até ontem à tarde já havia examinado quase todos os títulos, mas decidiu deixar os pontos polêmicos — entre eles a reforma agrária, o tabelamento de juros e a propriedade de jazidas para o final do prazo, à meia noite de amanhã.